

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência
CPR 07/2025

Data
12/03/2025

Assunto: Procedimento de *Consulta Prévia* para **Aquisição serviços de fornecimento de refeições, no âmbito do evento Fórum dos Clubes Ciência Viva, a realizar nos dias 04 e 05 de abril 2025, a realizar no centro de Congressos da Alfândega do Porto // Convite para apresentação de proposta** no âmbito do procedimento de *Consulta Prévia*, com realização de convite a 3 entidades (artigos 112.º e segs. do Código dos Contratos Públicos de acordo com a redação vigente.

Pelo presente, a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica Pavilhão do Conhecimento – Centro Ciência Viva, convida V/ Ex.ªs a apresentar uma proposta para a celebração de contrato, nos termos melhor descritos no Caderno de Encargos, em anexo ao presente Convite, de onde constam os Parâmetros Base, Termos, Condições e Especificações Técnicas obrigatoriamente requeridas para o contrato a celebrar.

Indicam-se infra os trâmites, bem como outros elementos, que, nos termos do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), terão que ser observados no presente procedimento.

Com os melhores cumprimentos,

Susana Ferreira
Direção

1

Pavilhão do Conhecimento – Centro Ciência Viva
Largo José Mariano Gago n.º 1
1990-073 Lisboa, Portugal
Tel.: + 351 21 898 50 20
Fax: + 351 21 898 50 55
www.cienciaviva.pt

I – Objeto Contratual:

1. O contrato a outorgar na sequência do presente procedimento, tem por objeto a aquisição, pelo Contraente Público, ao Cocontratante, de **serviços de fornecimento de refeições, no âmbito do evento Fórum dos Clubes Ciência Viva, a realizar nos dias 04 e 05 de abril de 2025, a realizar no Centro de Congressos da Alfândega do Porto**, nos termos melhor definidos na Cláusulas do Caderno de Encargos.

II - Entidade adjudicante:

Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica:

- a) Endereço: Largo José Mariano Gago n.º 1, 1990-073 Lisboa;
- b) Contacto telefónico: (+351) 21 898 50 20;
- c) E-mail: compras@cienciaviva.pt;
- d) Horário de funcionamento: Dias úteis, das 9.00 horas às 12.30 horas e das 14.00 horas às 18.00 horas.

III - Órgão que tomou a decisão de contratar:

A decisão de contratar foi tomada mediante Despacho da Vogal da Direcção da Ciência Viva – ANCCT, no dia 12.03.2025, ao abrigo de Deliberação de Delegação de Competências da Direcção de 02.12.2021, registada no Livro de Atas com o n.º 213.

IV – Fundamento da escolha do procedimento

O presente procedimento de consulta prévia é adotado ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 20º do CCP.

V - Agrupamentos

Nos termos do n.º 2 do artigo 117.º do CCP, as entidades convidadas a apresentar proposta não podem integrar um agrupamento de concorrentes.

VI – Tramitação, consulta e obtenção das peças do procedimento:

1. As peças que constituem o presente procedimento, serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública, utilizada pela Entidade Adjudicante, com o seguinte endereço: <https://www.acingov.pt/>, através da qual se realizarão todas as comunicações, notificações e participações procedimentais.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar, nos termos supra indicados, a consulta e o download das peças do procedimento, bem como apresentar a proposta e demais comunicações a realizar no âmbito do presente procedimento.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o processo de concurso encontra-se patente nas instalações referidas no artigo 2.º, onde pode ser consultado, durante as horas de expediente (das 9h00m às 12h00m e das 14h00m às 18h), até ao termo do prazo para apresentação de propostas.
4. Nos termos do artigo 54.º do Código do Procedimento Administrativo, aplicável subsidiariamente à tramitação dos procedimentos nos termos do Código dos Contratos Públicos, a língua oficial de tramitação do procedimento é a língua portuguesa.

VII – Prazo e modo de apresentação da proposta:

1. A proposta, bem como os documentos que a acompanham, deve ser submetida no prazo máximo de **5 (cinco) dias corridos** a contar da data do dia seguinte ao do envio do presente Convite, terminando às **23h59 minutos** desse dia.
2. Não são admitidas propostas submetidas posteriormente ao termo do prazo fixado no n.º anterior, sendo as mesmas, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP, objeto de exclusão.
3. O prazo fixado para apresentação de propostas é contínuo, não se suspendendo nos Sábados, Domingos e feriados.
4. A pedido fundamentado de qualquer interessado, o prazo referido no n.º 1 do presente artigo pode, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 64.º do CCP, ser prorrogado, pela Entidade Adjudicante, pelo período considerado adequado.

VIII – Impedimentos:

1. Não podem ser concorrentes as entidades face às quais se verifique algum dos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP.
2. A ocorrência de qualquer dos impedimentos referidos no número anterior implica a exclusão do concorrente, seja qual for a fase em que o procedimento de formação do contrato se encontre, salvo se se verificar a situação prevista no artigo 55.º-A do CCP e a entidade adjudicante tomar a decisão de relevar o impedimento.

IX - Esclarecimentos e Retificações / Erros e Omissões:

1. Conforme disposto no n.º 1 do artigo 50.º, os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados por escrito ao órgão competente para a decisão de contratar, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação da proposta.
2. No prazo referido no número anterior, devem ainda as entidades convidadas apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve prestar os esclarecimentos solicitados pelas entidades convidadas, bem como pronunciar-se sobre os erros e omissões por estes identificados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam expressamente aceites até ao final daquele prazo.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, pode o órgão competente para a decisão de contratar, no mesmo prazo previsto no n.º 4, ou até ao final do prazo para apresentação de propostas, devendo nesse caso atender-se ao disposto no artigo 64º do CCP, proceder oficiosamente à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, assim como prestar quaisquer esclarecimentos.
5. Sendo o prazo para apresentação da proposta inferior a 9 (nove) dias, podem os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento

4

ser prestados, por escrito, e as retificações às mesmas efetuadas, nos termos conjugados do disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP e do artigo 116.º do mesmo diploma legal, pelos Serviços de Contratação Pública da Unidade Financeira da Ciência Viva, até ao dia anterior ao termo daquele prazo.

6. Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

X - Documentos que constituem a Proposta (Artigo 57.º do CCP):

1. O concorrente manifestará, na proposta, a sua vontade de contratar e indicará as condições em que se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta, nos termos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, deve ser constituída pelos seguintes elementos, os quais, à exceção da Certidão Permanente, devem ser assinados pelo concorrente ou pelo representante com poderes para o obrigar:
 - a) Declaração, por parte do concorrente, de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, conforme modelo constante do **Anexo I** ao CCP, que se disponibiliza como **Anexo I** ao presente Convite;
 - b) **Proposta de preço**, conforme modelo de declaração que se disponibiliza como **Anexo III** ao presente Convite. Na proposta, o concorrente deverá indicar:
 - **Preço global máximo, proposto para a totalidade dos serviços que integram o objeto do contrato a celebrar e condições de pagamento, tendo em conta** o parâmetro base máximo do preço contratual (**Preço Base global**) fixado na cláusula 5.ª e condições de pagamento fixadas na cláusula 6.ª do Caderno de Encargos;
 - **Preço contratual unitário, por pessoa**, para a prestação de serviços de fornecimento de refeições objeto do contrato (Indicar preço contratual unitário por pessoa para serviço de almoço Buffet Volante, de fornecimento de bebidas e de aluguer de mesas e cadeiras para serviço de almoço Buffet Volante e preço contratual unitário por pessoa, para fornecimento e entrega de Lunch box);

NOTA: na indicação do preço, o concorrente deverá mencionar a não inclusão do IVA e que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa aplicável;

- **Gestor de Contrato**, o qual desempenhará, para todos os fins associados à execução do contrato, o papel de interlocutor com o Contraente Público;
- c) **Documento comprovativo da implementação de um sistema de segurança alimentar baseado nos princípios de HACCP (Hazard Analysis and Critical Control Points- Análise dos Perigos e Controlo dos Pontos Críticos)** nos termos do Regulamento (CE) nº 852/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29.04.2004, relativo à higiene dos géneros alimentícios, pelo Concorrente e no estabelecimento onde se propõe confeccionar as refeições, emitido por entidade acreditada responsável pelo acompanhamento do mesmo e auditoria das suas instalações;
- d) **Certidão da Conservatória do Registo Comercial (Certidão Permanente)** atualizada, na qual devem estar identificados os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou indicação de **código de consulta da certidão permanente on-line** ou, ainda, documento equivalente onde constem os representantes legais da empresa com poderes para obrigar.
3. Os preços constantes da proposta são indicados em euros, em algarismos, e não incluem o IVA, o qual acresce às taxas aplicáveis que vigorarem na data da respetiva liquidação.
4. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
5. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
6. Não são admissíveis propostas variantes, condicionadas ou com alterações de cláusulas do Caderno de Encargos.
7. Todos os documentos que instruem a proposta deverão ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.

8. Todos os documentos que constituem a proposta deverão ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, indicando a qualidade em que assina, bem como os documentos comprovativos dessa qualidade e poderes para o ato. Os documentos podem também ser assinados por procurador, devendo, neste caso, juntar-se procuração que confira a este último poderes para o efeito ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.
9. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
10. Admite-se, contudo, a utilização de termos técnicos em língua inglesa e que eventuais documentos, fichas ou catálogos técnicos sejam apresentados em língua inglesa, sem necessidade de tradução.

XI – Júri e Abertura da Proposta:

1. Nos termos do n.º 3 do artigo 67.º, o presente procedimento será conduzido pelos Serviços de Contratação Pública da Unidade Financeira da Ciência Viva (doravante “**SCPUF’s**”), designadamente pela Técnica de Contratação Pública, Andreia Silva, considerando-se efetuadas a esta as referências feitas, neste mesmo procedimento, ao Júri.
2. A abertura das propostas, por parte dos Serviços de Contratação Pública da Unidade Financeira da entidade adjudicante, ocorrerá no dia útil imediatamente seguinte ao termo fixado para a apresentação das propostas.

XII - Esclarecimentos sobre a proposta e suprimimento de irregularidades:

1. Em conformidade com os termos melhor definidos no artigo 72.º do CCP, poderão ser solicitados ao concorrente, se considerados necessários para efeito da análise e avaliação da proposta, quaisquer esclarecimentos sobre essa mesma proposta.
2. Os esclarecimentos prestados pelo concorrente fazem parte integrante da proposta, desde que:
 - a) Não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem;
 - b) Não alterem ou completem os respetivos atributos;

7

- c) Não visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O Júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento das irregularidades formais da sua proposta que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo, e não desrespeite o princípio da concorrência e igualdade de tratamento, designadamente nos casos previstos nas alíneas a) a c) do n.º 3 do artigo 72º do CCP.

XIII - Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

XIV- Análise das Propostas/Relatório Preliminar

1. Após análise das propostas e aplicação do critério de adjudicação, será elaborado pelo júri, um relatório preliminar no qual propõe a ordenação das mesmas.
2. Sem prejuízo da possibilidade, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 72.º do CCP, de pedido de esclarecimentos ou de suprimento de irregularidades da mesma, será excluída a proposta cuja análise revele a ocorrência de algum dos motivos constantes dos artigos 70.º e 146.º do CCP
3. No relatório preliminar, o júri propõe também a exclusão das propostas, nos termos do artigo 146º do CCP.

XV- Audiência Prévia e Relatório Final

1. O relatório preliminar será enviado a todos os concorrentes, sendo fixado o prazo de 3 dias, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 123.º do CCP.
2. Exercido o direito de audiência prévia referido no número anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o júri pondera as observações formuladas e elabora o relatório final de avaliação das propostas, que submete à apreciação e decisão da Direção da Ciência Viva, na qualidade de

órgão competente para a decisão de contratar, juntamente com os demais documentos do procedimento.

3. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

XVI- Critério de adjudicação

1. A adjudicação será efetuada, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, de acordo com o **Critério da Proposta Economicamente Mais Vantajosa para a Entidade Adjudicante**, na modalidade **Monofator, do mais baixo preço total**, de acordo com o qual o Preço se constitui como o único aspeto da execução do contrato submetido à concorrência do mercado pelo Caderno de Encargos.
2. Decorrente do disposto no número anterior e no cumprimento da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, será excluída a proposta cuja análise revele um preço contratual superior ao preço base global.

XVII – Critério de desempate na avaliação das propostas

1. Em caso de empate das propostas será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio, realizado pelos Serviços de Contratação Pública da Unidade Financeira da Ciência Viva na presença de um representante de cada um dos concorrentes, do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes.
2. Para efeitos do número anterior, todos os concorrentes serão notificados da data, hora e local de sorteio, com a antecedência de 3 dias, devendo estar munidos da respetiva identificação e de comprovativo ou declaração que confira poderes para representar a entidade, emitida por quem tem poderes para a obrigar

XVIII- Adjudicação no caso de apresentação de uma única proposta

1. Quando tenha sido apresentada uma única proposta, compete aos Serviços de Contratação Pública da Unidade Financeira da Ciência Viva pedir esclarecimentos sobre a mesma e

submeter o projeto da decisão de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar.

2. No caso previsto no número anterior, não há lugar às fases de negociação e de audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final, podendo, porém, o concorrente ser convidado a melhorar a sua proposta.

XIX- Causas de não adjudicação

Não haverá lugar à adjudicação, nos termos e circunstâncias previstas nos artigos 79.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

XX –Notificação do Despacho de Adjudicação:

1. Recebido o Projeto da Decisão de Adjudicação proposto pela Unidade Financeira – Contratação Pública, a Direção da Ciência Viva- ANCCT deliberará sobre a decisão de adjudicação, a qual será notificada aos concorrentes, através da plataforma eletrónica de contratação pública, utilizada pela Entidade Adjudicante.
2. O Despacho de Adjudicação previsto no art.º 77.º do CCP, é notificado aos concorrentes, até ao termo do prazo de obrigação de manutenção das propostas.
3. Juntamente com o Despacho de Adjudicação, o Órgão Competente para a Decisão de Contratar deve notificar o Adjudicatário para, designadamente:
 - a) **Apresentar os Documentos de Habilitação** exigidos no ponto seguinte e no artigo 81.º do CCP;

XXI – Documentos de habilitação:

1. Conforme disposto no **artigo 115.º, n.º 1 alínea j)**, o prazo fixado para apresentação dos documentos de habilitação fixa-se em **2 (dois) dias úteis** a contar da comunicação da Adjudicação, devendo o adjudicatário apresentar na plataforma *acinGov*, a reprodução dos seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme Modelo **Anexo II** ao CCP e que se disponibiliza como **Anexo II** ao presente Convite, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou pelo representante com poderes para o obrigar;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas **b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP**, designadamente:
- i. Certidão comprovativa da situação contributiva da empresa regularizada relativamente a **Impostos** devidos em Portugal;
 - ii. Certidão comprovativa da situação contributiva da empresa regularizada relativamente a contribuições para a **Segurança Social** em Portugal;
 - iii. Certificados de **Registo Criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da sociedade adjudicatária e de todos os** titulares dos órgãos de administração, direção ou gerência em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - iv. **Comprovativo da realização do Registo Central do Beneficiário Efetivo**, nos termos do disposto no art.º 36.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE);
 - v. **Comprovativo de contrato de seguro de responsabilidade civil exploração, em vigor, com o capital mínimo de €100.000 (cem mil euros)** por forma a cobrir os riscos e responsabilidade eventualmente emergente da prossecução da sua atividade de catering, incluindo intoxicação alimentar.
2. Todos os Documentos de Habilitação serão redigidos em língua portuguesa ou não o sendo, deverão os mesmos ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 86.º do CCP, com a redação vigente conferida pela Lei 30/2021, de 21 de maio.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do convite do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

4. Sempre que, nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, designadamente a não apresentação integral e tempestiva dos Documentos de Habilitação, o Órgão Competente para a Decisão de Contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de Audiência Prévia.
5. Quando as situações previstas no n.º anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o Órgão Competente para a Decisão de Contratar deve conceder-lhe, nos termos do n.º 3 do art.º 86.º do CCP, em função das razões invocadas (*v.g. Justo Impedimento*), um **prazo adicional para apresentação dos documentos em falta**, sob pena de caducidade da adjudicação.
6. Nos termos e para os efeitos do n.º 2 do art.º 85.º do CCP, o adjudicatário **pode solicitar, fundamentadamente**, por uma única vez, à Direção da Ciência Viva, Órgão Competente para a Decisão de Contratar, **a prorrogação do prazo fixado no n.º 1**, por um **período não superior a cinco dias**.
7. Nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 81.º do CCP, **na eventualidade de o adjudicatário se encontrar registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado**, considera-se aquele **dispensado da apresentação dos Documentos de Habilitação** acima previstos.

XXII – Caução:

Atento o valor máximo do preço contratual não é exigida a prestação de caução, nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 88.º do CCP.

XXIII – Notificação da apresentação dos Documentos de Habilitação

Em conformidade com o disposto no art.º 85.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o concorrente da tempestiva e integral apresentação dos Documentos de Habilitação exigidos no ponto XXI deste Convite, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

12

XXIV – Dispensa de redução do contrato a escrito

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, devendo o aluguer dos bens e prestação de serviços objeto do contrato ser integralmente prestados no prazo máximo de 20 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, entre os dias 03 e 06 de abril de 2025, é dispensada a redução do contrato a escrito, o qual resultará, em conformidade com o n.º 3 do referido artigo, da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.

XXV - Falsidade de documentos e declarações:

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação.

XXVI - Lei aplicável

Em tudo o que não se encontre previsto nas peças do procedimento aplicam-se, subsidiariamente, as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação vigente, à data do início do procedimento e legislação complementar.

Anexos:

- “Declaração **Modelo Anexo I** (art.º 57º CCP)”;
- **Modelo de apresentação de proposta (Anexo III)**;
- “Declaração Adjudicatário **Modelo Anexo II**” (art.º 81º CCP)”

Anexo I

Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos)

1 - (nome, n.º de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, n.º de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que juntam em anexo (3):

a)

b)

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), ... (data), [assinatura (4)]

- (1) aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

Anexo II

Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos)

1 - (nome, n.º de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, n.º de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2): não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), ... (data), [assinatura (5)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

Anexo III

Modelo de Declaração de Proposta de Preço

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede) vem, no âmbito do procedimento ... (designação ou referência ao procedimento em causa), apresentar a seguinte proposta de preço:

Descrição	Preço contratual unitário p/pessoa (€)	Mínimo de convidados por dia	Máximo de convidados por dia	% IVA	Preço máximo total (€)
O evento decorrerá em 2 dias – 04 e 05 de abril de 2025					
prestação de serviços de fornecimento de refeições para serviço de almoço Buffet Volante		-	400		
fornecimento e entrega de Lunch box		1400	2000		
serviço de aluguer de mesas de refeição (almoço Buffet volante)		-	44		
serviço de aluguer de cadeiras de refeição (almoço Buffet volante)		-	200		

Preço global da proposta: _____ € (indicar valor por extenso).

As condições de pagamento serão em conformidade com a Cláusula 6.^a do Caderno de Encargos.

O **Gestor do Contrato** será _____, sendo substituído por _____.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Local e data,

Assinatura